

J. U. JACOBY FERNANDES

**REGIMENTO INTERNO E
LEI ORGÂNICA DO
TRIBUNAL DE CONTAS DA
UNIÃO**

- Índice de Assuntos Detalhado
- Índice Temático
- Súmulas

Atualizado até a Lei
nº 13.866, de 26 de agosto de 2019, e Resolução
nº 310, de 22 de maio de 2019

Volume 12

2ª EDIÇÃO

FORMATO: 10,0 X 13,5 cm
CÓDIGO: 10001628



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R335	Regimento Interno e Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. Organização [dos textos e índices por] Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 445 p.; 10 x 13 cm. ISBN 978-85-450-0690-9 1. Brasil. [Regimento Interno do TCU]. 2. Brasil. [Lei Orgânica do TCU]. I. Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. II. Coleção Jacoby de Direito Público. III. Regimento Interno e Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. CDD: 342.5(094.7) CDU: 347.998:331(81)
------	---

Informação bibliográfica deste livro conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): JACOBY FERNANDES, J. U. (Org.). <i>Regimento Interno e Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União</i> . 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 445 p. (Coleção Jacoby de Direito Público; v. 12). ISBN 978-85-450-0690-9.
--

JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES

Professor de Direito Administrativo. Mestre em Direito Público e Advogado. Consultor cadastrado no Banco Mundial.

No serviço público exerceu os cargos de Advogado e Administrador Postal na ECT; Juiz do Trabalho no TRT 10ª Região, Procurador, Procurador-Geral do Ministério Público e Conselheiro no Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Autor de 15 livros, editados pela Editora Fórum, incluindo 6 coletâneas de leis, sendo essa o volume 1. Tem mais de 1100 cursos ministrados nas áreas de controle. É membro vitalício da Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura, como acadêmico efetivo imortal em ciências jurídicas, ocupando a cadeira nº 7, cujo patrono é Hely Lopes Meirelles.

SUMÁRIO

NOTA DO ORGANIZADOR	11
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988 (PARCIAL) 13	
LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992 - Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	21
TÍTULO I - Natureza, Competência e Jurisdição	21
CAPÍTULO I - Natureza e Competência	21
CAPÍTULO II - Jurisdição	24
TÍTULO II - Julgamento e Fiscalização	25
CAPÍTULO I - Julgamento de Contas	25
Seção I - Tomada e Prestação de Contas	25
Seção II – Decisões em Processo de Tomada ou Prestação de Contas	26
Subseção I - Contas Regulares	29
Subseção II - Contas Regulares com Ressalva	29
Subseção III - Contas Irregulares	29
Subseção IV - Contas Iliquidadáveis	29
Seção III - Execução das Decisões	30
Seção IV - Recursos	33
CAPÍTULO II - Fiscalização a Cargo do Tribunal	34
Seção I - Contas do Presidente da República	34
Seção II - Fiscalização exercida por iniciativa do Congresso Nacional	34
Seção III - Atos Sujeitos a Registro	35
Seção IV - Fiscalização de Atos e Contratos	36
Seção V - Pedido de Reexame.....	39
CAPÍTULO III - Controle Interno	39
CAPÍTULO IV - Denúncia	40
CAPÍTULO V - Sanções	41
Seção I - Disposição Geral	41
Seção II - Multas	42
TÍTULO III - Organização do Tribunal	43
CAPÍTULO I - Sede e Composição	43
CAPÍTULO II - Plenário e Câmaras.....	44
CAPÍTULO III - Presidente e Vice-presidente	45
CAPÍTULO IV - Ministros	46
CAPÍTULO V - Auditores	48
CAPÍTULO VI - Ministério Público junto ao Tribunal	49

CAPÍTULO VII - Secretaria do Tribunal	51
Seção I - Objetivo e Estrutura	51
Seção II - Orçamentos	52
TÍTULO IV - Disposições Gerais e Transitórias	53
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 789-1 DISTRITO FEDERAL	61
RESOLUÇÃO TCU Nº 155, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002 - Aprova o Regimento Interno do Tribunal de Contas da União.	65
TÍTULO I - Natureza, Competência e Jurisdição	65
CAPÍTULO I - Natureza e Competência	65
CAPÍTULO II - Jurisdição	69
TÍTULO II - Organização	71
CAPÍTULO I - Sede e Composição	71
CAPÍTULO II - Composição das Câmaras	71
CAPÍTULO III - Competência do Plenário	73
CAPÍTULO IV - Competência das Câmaras	75
CAPÍTULO V - Composição e Competência das Comissões	76
CAPÍTULO VI - Eleição do Presidente e do Vice-presidente	78
CAPÍTULO VII - Competência do Presidente	80
CAPÍTULO VIII - Competência do Vice-presidente	83
CAPÍTULO IX - Competência do Presidente de Câmara	84
CAPÍTULO X - Ministros	85
CAPÍTULO XI - Ministros -Substitutos	92
CAPÍTULO XII - Ministério Público	95
CAPÍTULO XIII - Secretaria	99
TÍTULO III - Deliberações e Jurisprudência	99
CAPÍTULO I - Deliberações do Plenário e das Câmaras	99
CAPÍTULO II - Elaboração, Aprovação e Alteração de Atos Normativos	101
CAPÍTULO III - Jurisprudência	105
CAPÍTULO IV - Incidente de Uniformização de Jurisprudência	105
TÍTULO IV - Sessões	106
CAPÍTULO I - Sessões do Plenário	106
CAPÍTULO II - Sessões das Câmaras	122
CAPÍTULO III - Pautas do Plenário e das Câmaras	124
CAPÍTULO IV - Processos Constantes de Relação	128
TÍTULO V - Processo em Geral	131
CAPÍTULO I - Partes	131
CAPÍTULO II - Ingresso de Interessado em Processo	132
CAPÍTULO III - Distribuição	133
CAPÍTULO IV - Etapas do Processo, Instrução e Tramitação	136

CAPÍTULO V - Apresentação de Alegações de Defesa, de Razões de Justificativa e de Documentos	
Novos	138
CAPÍTULO VI - Provas	139
CAPÍTULO VII - Pedido de Vista e de Cópia dos Autos	139
CAPÍTULO VIII - Sustentação Oral	141
CAPÍTULO IX - Arquivamento de Processo	143
CAPÍTULO X - Nulidades	144
CAPÍTULO XI - Comunicações	146
CAPÍTULO XII - Certidões e Prestação de Informações	147
CAPÍTULO XIII - Prazos	148
TÍTULO VI - Atividade de Controle Externo	150
CAPÍTULO I - A - Plano de Controle Externo	150
CAPÍTULO I - Julgamento de Contas	151
Seção I - Tomada e Prestação de Contas	151
Seção II - Tomada de Contas Especial	153
Seção III - Decisões	155
Seção IV - Execução das Decisões	161
CAPÍTULO II - Apreciação das Contas do Presidente da República	164
CAPÍTULO III - Fiscalização	166
Seção I - Iniciativa da Fiscalização	166
Subseção I - Fiscalização Exercida por Iniciativa Própria	166
Subseção II - Fiscalização Exercida por Iniciativa do Congresso Nacional	167
Subseção III - Denúncia	168
Subseção IV - Representação	169
Seção II - Instrumentos da Fiscalização	170
Subseção I - Levantamentos	170
Subseção II - Auditorias	170
Subseção III - Inspeções	171
Subseção IV - Acompanhamentos	171
Subseção V - Monitoramentos	172
Seção III - Plano de Fiscalização	172
Seção IV - Execução das Fiscalizações	173
Seção V - Objeto da Fiscalização	174
Subseção I - Disposições Gerais sobre a Fiscalização de Atos e Contratos	174
Subseção II - Fiscalização das Transferências Constitucionais Legais	178
Subseção III - Fiscalização de Convênios, Acordos, Ajustes e outros Instrumentos Congêneres	178
Subseção IV - Fiscalização da Aplicação de Subvenções, Auxílios e Contribuições	179
Subseção V - Fiscalização da Arrecadação da Receita	180
Subseção VI - Fiscalização da Renúncia de Receitas	180
Subseção VII - Outras Fiscalizações	180
CAPÍTULO IV - Apreciação de Atos Sujeitos a Registro	181
CAPÍTULO V - Resposta a Consulta	184

TÍTULO VII - Sanções	185
CAPÍTULO I - Disposições Gerais	185
CAPÍTULO II - Multas	185
CAPÍTULO III - Outras Sanções	187
TÍTULO VIII - Medidas Cautelares	188
TÍTULO IX - Recursos	190
CAPÍTULO I - Disposições Gerais	190
CAPÍTULO II - Recurso de Reconsideração	193
CAPÍTULO III - Pedido de Reexame.....	194
CAPÍTULO IV - Embargos de Declaração	194
CAPÍTULO V - Recurso de Revisão	195
CAPÍTULO VI - Agravo	196
TÍTULO X - Fixação dos Coeficientes de Participações Constitucionais	197
TÍTULO XI - Disposições Gerais	198
SÚMULAS DO TCU	203
ÍNDICE TEMÁTICO	263
ÍNDICE DE ASSUNTOS	291